

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CADERNOS EBAP

Nº 65

JULHO DE 1993

DEBATE SOBRE ÉTICA E NEGÓCIOS

Luciano Zajdsznajder

Cadernos EBAP

Nº 65

CADERNOS E B A P

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DIRETOR DA EBAP

Armando S. Moreira da Cunha

CHEFE DO DEPTº DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES:

Fernando Guilherme Tenório

EDITOR RESPONSÁVEL

Deborah Moraes Zouain

COMITÊ EDITORIAL

Corpo docente da EBAP

EDITORAÇÃO

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Correspondência:

CADERNOS EBAP

Praia de Botafogo, 190, sala 508
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.253-900

Telefones: (021) 551-1542 - Ramal 145
551-8051

Prezado Leitor,

Estamos atualizando o nosso cadastro para que você continue a receber gratuitamente os *CADERNOS EBAP* no endereço de sua preferência.

Em caso de alteração basta preencher o formulário abaixo e remeter para Praia de Botafogo, 190/508 - Cep.: 22.253-900 - Rio de Janeiro - RJ.

A EDITORA

✂ —Corte aqui— ✂

<div data-bbox="541 996 725 1260"></div> <div data-bbox="87 1258 570 1664"><p>CADERNOS EBAP</p><p>Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas</p><p>Departamento de Pesquisa e Publicações</p><p>Praia de Botafogo, 190, Sala 508</p><p>Botafogo - Rio de Janeiro - RJ</p><p>22 253 - 900</p></div>	<div data-bbox="905 1056 1292 1088"><p>CADASTRO: CADERNOS EBAP</p></div> <div data-bbox="754 1246 1436 1588"><p>Nome:.....</p><p>Instituição:.....</p><p>Endereço:.....</p><p>Cidade:.....</p><p>País:.....</p><p>Código postal:.....</p></div> <div data-bbox="754 1742 1436 1804"><p>Data:...../...../.....</p><p>Assinatura</p></div>
--	---

✂ —Corte aqui— ✂

I N D I C E

	PAGINA
1 - INTRODUÇÃO	01
2 - A ETICA NOS NEGOCIOS	02
3 - TEMATICA E DINÂMICA DOS TRABALHOS	03
4 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	04

DEBATE SOBRE ETICA E NEGOCIOS

1 - INTRODUÇÃO

O Debate sobre Etica e Negócios foi realizado na tarde do dia 29 de abril de 1992 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas. Os debates foram gravados e posteriormente transcritos. O que se apresenta aqui é o resultado da primeira rodada de apresentações. Os textos foram ligeiramente editados, para deles retirar o tom mais coloquial, buscando-se ajustar às construções verbais da palavra falada. Na editoração, procuramos permanecer inteiramente fiéis às apresentações dos participantes. Evidentemente, algumas imprecisões estarão presentes, devido às dificuldades naturais da transcrição.

Os debates contaram com os seguintes participantes:

Donald Stewart - ECISA e Instituto Liberal

Pedro Leitão da Cunha - Banco Montreal

Claudio Fortes - João Fortes Engenharia

Flavio Barreto - Cia. Mercantil Industrial Ingá

Jorge Maranhão - Propaganda Professa

Santino Ceraldi - Mariu's Churrascaria

Orlando Lima - Andersen Consulting

Hermano Cherques - Fundação Getulio Vargas

Clovis de Faro - Fundação Getulio Vargas

Ubiratã Iorio - Instituto de Economia Política

Clarice Pechman - Associação das Empresas Operadoras de Câmbio

Os debates foram coordenados pelo Professor Luciano Zajdsznajder, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

É importante registrar que a realização do Encontro foi favorecida pela colaboração do Pensamento Nacional de Bases Empresariais - PNBE, que auxiliou na indicação e no convite dos representantes empresariais.

2 - A ÉTICA NOS NEGÓCIOS

A escolha do tema foi resultado de uma decisão óbvia, mas teve em vista examinar como estava sendo tratada a questão, hoje em dia, nos quadros da experiência prática e da reflexão de natureza mais teórica.

A discussão sobre a ética dos negócios, que não se confunde com a ética das empresas, tem recebido atenção desigual nas escolas de administração no Brasil e no exterior. No nosso caso, podemos dizer que as tentativas de discussão têm sido apenas incipientes, talvez um reflexo do debate ético mais geral, que apenas começou a se instalar entre nós.

Parece-nos, fora de dúvida, que a grande questão em discussão é o lugar da ética nos negócios. As questões decorrentes dizem respeito à forma que esta ética toma em suas várias manifestações: nas relações com fornecedores, clientes,

funcionários, acionistas etc. Outra questão correlacionada diz respeito à forma e ao papel dos códigos de ética ou de conduta nas empresas. São eles aconselháveis? Podem ser realmente postos em prática?

Relativamente à ética nos negócios, assinala-se que há, de início, duas opiniões radicalmente opostas. De uma parte, há os que consideram que a ética é sumamente necessária para o sucesso do negócio a longo prazo. De outra parte, há os que sugerem que a ética é a primeira vítima quando as empresas encontram pela frente dificuldades ou oportunidades.

3 - TEMATICA E DINÂMICA DOS TRABALHOS

Os participantes receberam antes do encontro uma listagem de tópicos, entre os quais fariam a escolha de um certo número de aspectos a serem abordados. Os tópicos sugeridos foram os seguintes:

A. Questões Gerais

- . Ética e capitalismo
- . Ética e atuação do Estado na Economia
- . Ética nos negócios públicos e privados no Brasil
- . Pressões no sentido da mudança nos padrões atuais
- . Probabilidade dessas mudanças.

B. Questões teórico-conceituais

- . O que é um negócio ético?
- . Há limites para a ética nos negócios?
- . A honestidade e os negócios: contradição?
- . Avaliação ética do Código do Consumidor
- . Ética e a atuação dos cartéis
- . Ética na relação entre empresas

Para dar um desenvolvimento mais dinâmico aos debates, a coordenação sugeriu que os seis primeiros participantes desempenhassem o papel de apresentadores, enquanto os demais funcionariam como comentaristas e analistas. A divisão de trabalho deveu-se ao fato de que o primeiro grupo poderia trazer mais vivências empresariais e o segundo contribuiria com uma perspectiva acadêmica ou analítica. Entretanto, esta divisão de trabalho não foi rígida.

4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Como pode ser visto no texto que é apresentado a seguir, o debate foi de grande riqueza. Devido à sua extensão, publicamos unicamente as partes iniciais: as apresentações e os primeiros comentários.

Deve ser ressaltada, de princípio, a abrangência dos temas e dos modos de focalizá-los. Numa breve súmula, podemos assinalar que os principais tópicos apresentados e discutidos foram os seguintes:

1. Uma explicação da natureza do lucro, mostrando que é de natureza ética.
2. A ética na empresa e suas consequências a longo prazo, inclusive para o país.
3. Ética nas relações com clientes, fornecedores e acionistas.
4. Ética e negociação.
5. A esperteza e a ética nos negócios.
6. O código de ética da empresa e o longo prazo.
7. A ética na propaganda.
8. A honestidade nos negócios.
9. A ética da atuação econômica do Estado.

Muitos outros tópicos foram escolhidos para análise. Deve-se ressaltar que consideramos esses debates de natureza mais exploratória. Não foram assinaladas, por assim dizer, grandes divergências gerais, mas preferências distintas quanto à escolha de temáticas a serem desenvolvidas.

Foi, sem dúvida, opinião geral que o problema ético é de suma importância na realidade global da sociedade brasileira contemporânea e na realidade empresarial em particular.

Pretendemos periodicamente realizar um debate sobre esses temas para avaliar o andamento das questões práticas e da própria reflexão dos participantes.

LUCIANO ZAJDSZNAJDER

COORDENADOR DO PROJETO ETICA PÚBLICA E ETICA PRIVADA

LUCIANO ZAJDSZNAJDER - Boa tarde a todos os presentes em nome do Programa de Estudos Estratégicos da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas. Desejo agradecer a presença de todos aqui nesse nosso debate Etico Contemporâneo do Projeto Etica Pública e Etica Privada dentro do Programa de Estudos Estratégicos.

Este agradecimento à presença de todos, à resposta que deram a nossa solicitação, ao nosso pedido é de um professor e é também de um cidadão brasileiro que considera o assunto como de vital importância para o fortalecimento de um projeto brasileiro, de uma direção para a nossa Nação e para a nossa sociedade.

E até reconhecido de todos que vivemos numa grave crise de valores que não é apenas nacional, é planetária. Entretanto, sentimos a necessidade, a falta de uma reflexão continuada, de um debate profundo, consistente, a respeito desse assunto na nossa sociedade, nos diversos níveis da sua existência.

O Projeto de Etica Pública e Privada, que se direciona em vários sentidos, como um projeto de publicações, um projeto de debates públicos, realiza nesse ano de 92 um trabalho de coordenar debates nas suas várias facetas como ética e política, ética e administração pública, ética e negócios, ética e meio ambiente etc. O propósito é, anualmente, favorecer encontros dessa natureza para aprofundarmos os debates sobre cada um desses aspectos, formarmos em relação a eles um consenso metodológico em torno de como debater isso, embora não necessariamente um consenso de posições, e divulgarmos para a

sociedade brasileira o andamento, através de publicações.

Ao mesmo tempo, pretendemos, com essa série de debates, formar um grupo, digamos assim: interlocutores e uma audiência qualificada que esse ano deve constituir cerca de 50 ou 60 pessoas envolvidas com a questão ética. Seria talvez muito singelo chamar o grupo de massa crítica. Não seria apenas uma massa crítica. Seria realmente uma coluna importante da sociedade, pessoas que têm-se dedicado a isto e que poderiam ser chamadas para outras discussões voltadas para a questão ética. Teremos, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, com algumas irradiações para outros setores, outras capitais brasileiras, um grupo que pensa o problema ético, se preocupa com o problema ético e que estaria disponível para discutí-lo, esclarecê-lo e debatê-lo.

E importante que seja esclarecido que nosso trabalho com ética, nesse Projeto de Ética Pública e Ética Privada, está ligado a um Programa de Estudos de Estratégia Nacional. Nós consideramos a questão Ética não como uma questão que apenas nos liga como cidadãos ou como pessoas e não a colocamos como foi abordada muitas vezes no passado, em termos de um moralismo. Achamos que a questão ética está ligada ao destino do País, à construção da nacionalidade e que, por exemplo, na longa experiência do regime autoritário nós temos a impressão que houve uma consideração de natureza estratégica muito mais voltada para o poder do que para um aspecto fundamental da questão ética, que é a natureza do bem, da coisa boa, da vida de boa qualidade. O desvio profundo da direção do poder, que perdeu de vista a questão da coisa boa, da

vida de boa qualidade, pode ter sido um dos grandes responsáveis pelas dificuldades que vivemos no presente.

Gostaria de dizer que na nossa análise pessoal do problema da Ética e Negócios, de certa maneira, tentamos conceituar o problema do Negócio ou da atividade negocial como envolvendo duas coisas básicas: a troca e a competição. Neste sentido a discussão ética do negócio diz respeito ao que que seria a ética nas trocas e a ética na concorrência. Não necessariamente todas as formulações em torno da ética de negócios caminham nesse sentido, mas uma das questões que aparecem inclusive na linguagem ordinária é a expressão, "uma concorrência desleal", e a outra é "troca desigual", que também é uma questão ética fundamental.

Neste sentido, nós contamos que nas exposições e, posteriormente nos debates que aqui se realizarão, alguns desses aspectos poderão, certamente, ser desenvolvidos, como também algumas considerações mais gerais. Eu acho que isso daí é extremamente importante: saber quais seriam as idéias éticas contemporâneas, mais gerais que se aplicariam, se discutiriam a nível de negócios, de política etc.

A natureza do debate que aqui se travará é uma ilustração, certamente qualificada, das possibilidades da conversa sobre ética na nossa sociedade. É importante assinalar que vem sendo observado, muito frequentemente, que há uma tradição diminuta de debates éticos na sociedade brasileira.

DONALD STEWART

Muito obrigado pela possibilidade de participar desse debate, dessa conversa, desse colóquio sobre ética, que é um tema extremamente interessante, extremamente mal discutido.

Embora eu seja empresário e aqui esteja na qualidade de empresário, e se espere de um empresário que ele fale sobre coisas pragmáticas e questões práticas, devo-lhes dizer que, contrariamente aquele preceito que diz que a teoria na prática é diferente, a vida me ensinou que na prática só a teoria importa. Não há nada que possa acontecer de forma repetida, consistente, que não tenha uma teoria que a sustente, embora muitas vezes essa teoria possa não ser percebida pelo homem prático, ou possa até mesmo não ser ainda conhecida. A repetição de fenômenos revela a indicação da existência de uma relação de causa e efeito que, mais cedo ou mais tarde, vai ser melhor percebida.

Eu vou, portanto, procurar fazer algumas considerações de natureza conceitual que me parecem importantes e que, embora ainda com receio de que possam parecer aos senhores algumas delas um pouco óbvias, acho importantes repetí-las, para depois procurar analisar o que seria, a meu juízo, a ética do ponto de vista empresarial, ou seja, a ética do lucro.

Gostaria de me deter sobre esse aspecto ético como uma contribuição para que depois nós nos entendamos durante os debates.

O ser humano em si não é ético ou aético. O que é ético ou aético é a ação humana. A ação é um comportamento deliberado, é um

comportamento escolhido. Ação humana, toda a ação humana visa passar de um estado de menor satisfação para um estado de maior satisfação. Toda ação humana tem por objetivo um aumento de satisfação. Eu insisto na expressão toda, porque esta expressão não admite exceção. Ninguém poderá apontar uma vaga tribo da Nova Zelândia ou um período na história em que a ação humana não tenha tido por objetivo um aumento de satisfação.

Neste sentido, o aumento de satisfação provocado pela ação humana é o que se poderia chamar o lucro da ação. Lucro no seu sentido mais abrangente é o objetivo de toda ação humana.

Eu acho esse conceito muito importante e acho que ele merecia até, não consigo encontrar, mas ele merecia até uma contestação porque se isto é verdade, se o lucro no seu sentido mais abrangente é o objetivo de toda ação humana, este fato tem consequências e estas precisam ser examinadas ao analisarmos o problema ético e os demais problemas de uma sociedade, da vida em sociedade.

O fato da ação humana ter sempre por objetivo um aumento de satisfação faz com que o ser humano busque os meios de aumentar a sua satisfação. Um dos meios naturais encontrados para o aumento de satisfação foi a divisão do trabalho, a cooperação social.

A cooperação social pode se dar em dois âmbitos.

No grupo, na tribo, na família ou na cooperação entre estranhos.

Na cooperação grupal ou na família, enfim, esta cooperação se faz sob a égide de um líder hegemônico; é o chefe da família, é o

pajé, é ele que determina as prioridades, é ele que dirige os conflitos. Neste grupo vigora e pode vigorar o preceito: a cada um, segundo as suas necessidades e de cada um, segundo as suas possibilidades. Mas na cooperação entre estranhos, que é muito mais importante, não pode haver um comando hegemônico. Existem conflitos e prioridades, prioridades a serem definidas e conflitos a serem dirimidos.

E como fazê-lo ?

Na sua busca de aumentar a satisfação o homem compreendeu que o respeito a certas regras de conduta seriam fundamentais para o aumento da satisfação. O homem passou então a adotar regras de conduta. As mais antigas que nós todos conhecemos são: "não roubarás" e "não matarás".

Todos nós podemos imaginar a que situação estaria reduzida a humanidade se essas pequenas regras de conduta não tivessem sido observadas e aceitas universalmente.

O comportamento ético, portanto, tem muito a ver com essas regras de conduta que foram estabelecidas pelos homens. Mas, eu não vou me estender e vou falar apenas sobre o que seria, no meu entendimento, a ética do lucro.

Nós costumamos achar que o empresário faz jus ao lucro porque ele tem capital ou tem o controle do capital. Isto é uma razão para ele ter, fazer jus ao lucro, ou porque ele corre riscos, ou porque ele tem know-how, ou porque ele até trabalha muito. Às vezes é verdade. Enfim, são várias as razões que justificam o

lucro de uma atividade empresarial.

Eu gostaria de tentar fazer aqui uma "construção imaginária", para tentar examinar a função empresarial pura. Não existe nada em estado puro na natureza. Não existe empresário puro, em estado puro. O empresário é um misto de uma porção de coisas. Como todos nós, os seres humanos, exercemos diversas funções.

Apenas para a gente tentar construir essa imagem, vamos imaginar um empresário que não tenha capital e este empresário toma o seu capital emprestado, coloca os juros correspondentes que ele paga pelo capital emprestado no custo da sua produção. Este empresário não tem know-how. Ele compra o know-how, compra a marca de quem tem esse know-how, paga isto e coloca nos seus custos. Esse nosso empresário tem, digamos, horror ao trabalho, nem trabalhar ele quer. Ele contrata um gerente competentíssimo, toma o financiamento, compra o know-how, faz tudo e o salário desse gerente é incluído no seu custo de produção.

Nosso empresário detesta riscos. Bota tudo no seguro, faz operação de hedge dos seus insumos, do dólar, da taxa de juros, do seu produto final, enfim, para ficar garantido. E com isto tudo, colocando isto tudo no custo, ele produz um produto que custa sessenta e encontra compradores que absorvem toda a sua produção dispostos a pagar cem pelo seu produto. Houve um lucro, e aí eu chamo a atenção, um lucro puro, porque não está misturado com nenhuma das outras remunerações de quarenta. E aí se coloca o que justifica esse lucro ? Qual é a razão desse lucro ? Não teve risco, não teve know-how, não teve capital, não teve trabalho,

não teve nada. O que justifica você juntar uma porção de coisas que custam sessenta, e vender por cem ?

O que justifica este lucro é uma descoberta. A descoberta feita de que, juntando-se fatores existentes e que são avaliados pela sociedade por sessenta, você produz alguma coisa que vale cem, avaliado pela própria sociedade. Quer dizer, é esta descoberta, isto que não existia, que foi essa criação de valor é que é o lucro puro, lucro no seu sentido inclusive teórico. Nunca existe lucro puro, ele está sempre misturado com uma porção de outras coisas, e muito mais ainda lucro empresarial e lucro contábil.

Mas é preciso, a meu juízo, analisar este conceito de lucro puro, porque a ética do lucro é a ética da descoberta. A quem pertence algo que foi descoberto?

O professor Kirshisng que escreveu um livro muito interessante sobre isso chamado Finders Keeps Rule, quer dizer, a regra de quem achou alguma coisa que não tem valor para as outras pessoas. Porque está aqui à vista de todos e não tem valor para nenhuma pessoa e consegue descobrir uma face de valor nisto, o dono desse acréscimo de valor é o descobridor.

PEDRO LEITÃO DA CUNHA - Muito bem. Eu queria fazer um comentário inicial, aqui também está dentro da linha do óbvio. É claro que a ética não é uma coisa absoluta. É uma coisa relativa e ela é a regra de uma determinada sociedade, os valores que uma determinada sociedade escolheu para si. A ética na Nova Guiné certamente é muito diferente da nossa. Lá pode se cortar a cabeça

tranquilamente dos outros com chances até de ida para o paraíso eterno.

A ética, a meu ver, nada mais é que uma conclusão pela sociedade de quais são os seus valores e qual é a regra do jogo que permite essa sociedade interagir com um mínimo de fricção. A ética se diferencia da lei porque ela antecede a lei e também a lei é uma coisa estruturada, formal, formatada, que nem sempre é coincidente com a ética. Ela pode ser até divergente da ética em certos casos. Mas, é claro, a lei pretende acompanhar, geralmente até acompanha, o sentido ético da sociedade.

A ética e a lei funcionam tanto melhor quanto melhor funciona o sistema de justiça na sociedade. Porque, na medida em que a lei reforça o sentido ético, a lei dá, vamos dizer, "dentes" à ética, que normalmente não teria, e ao "enforcement", ao fazer com que ela efetivamente seja cumprida. Ela cria uma confiança junto à sociedade de que a ética está aí para ser acompanhada e não violentada por indivíduos com interesses outros.

Outro ponto também que me parece fundamental é que a ética, conquanto ela exista para aumentar a satisfação dos membros da sociedade, não existe para aumentar a satisfação a curto prazo. Muitas vezes é ao contrário; ela proíbe ou desestimula ou desaconselha a satisfação de curto prazo, visando justamente o benefício de longo prazo.

A perseguição da satisfação, concordo, existe. Ela é sutilmente pesada entre aquilo que seriam os benefícios de curto prazo e os malefícios decorrentes a longo prazo e vice-versa.

Então, há sempre uma troca de satisfação imediata por satisfação mediata.

Bom, isto tudo nos leva aos aspectos mais atuais da ética.

A ética é influenciada por alterações tecnológicas. Ela é influenciada por considerações ambientais e sócio-econômicas. Para dar um exemplo, do ponto de vista tecnológico, o advento da televisão alterou de forma considerável a ética, porque ela nada mais é do que um código que incorpora valores, e os valores de uma sociedade católica são diferentes dos valores de uma sociedade protestante. Começa que a católica defende a humanidade e os princípios de pobreza, enquanto a protestante calvinista, sobretudo, considera a riqueza como uma expressão de preferência de Deus. Quer dizer, Deus dá prêmio para quem sabe conquistar a sua prosperidade. Então, quando se dá a incorporação da civilização saxônica ao mundo católico, essencialmente latino, esta incorporação causou e vem causando alterações profundas na ética da sociedade brasileira e outras sociedades também.

Consideremos agora a questão das alterações tecnológicas e ambientais. Vamos dizer que amanhã tenha uma seca descomunal que transforme o País num deserto. Você vai ter um comportamento por parte da sociedade diferente, onde certas coisas que antes seriam proibidas, impensáveis e desaconselháveis, passam a ser permitidas, porque procurar comida se torna a coisa mais fundamental possível. Então, de repente, roubar comida não é mais um problema, não é mais negativo do ponto de vista ético e é aceitável. Eu estou exagerando, evidentemente, mas só para

mostrar que uma alteração ambiental pode mudar os valores culturais e éticos de uma sociedade.

Quanto aos efeitos sobre a ética dos fatos sócio-econômicos, você tem um exemplo perfeito que é a inflação. A inflação é uma corroidora do princípio ético. A inflação, por trazer no seu bojo a imponderabilidade e a volatilidade, desvaloriza qualquer projeto de avaliação de longo prazo e, ao desvalorizar isto, ela desaconselha que o comportamento do cidadão seja pautado por objetivos de longo prazo e prioriza as decisões de resultados de curto prazo. Ao privilegiar o curto prazo, você está dando ênfase ao indivíduo em detrimento da sociedade. Ao afastá-lo da sociedade você está valorizando o indivíduo contra esta última e, portanto, deixando de ter um comportamento ético de acordo com os princípios anteriores.

Vem o imediatismo da vantagem, ou seja, a "Lei de Gerson", que se torna valorizada pela inflação, porque é a Lei que permite a sobrevivência num ambiente hostil de volatilidade e de imponderabilidade.

Daí passamos para a ética nos negócios. É evidente que a ética nos negócios é afetada por tudo isto.

Agora, para se descer a um negócio específico, e o meu negócio é banco, eu acredito que não se possa avaliar com precisão, ou mesmo com aproximação, qual o comportamento de uma atividade econômica, se não se a coloca dentro de um contexto social.

Para que um Banco? Um banco serve para alguma coisa? Se é só

para eu ganhar dinheiro, não serve. Ele tem que ser muito mais do que isso. Ele tem que trazer uma contribuição à comunidade, e eu acredito que traga. Mas, enfim, isto é uma colocação importante. Traz a quem? Traz aos clientes, traz aos acionistas, traz aos empregados, traz ao fisco, traz a certos elementos do quadro governamental e, portanto, é justamente esses membros que se beneficiam da existência daquela atividade econômica e o comportamento ético tem que ser estruturado para que atenda a todos eles.

Agora, ao identificá-los temos que priorizá-los. Quem é mais importante nesta lista? A meu ver é o cliente. Por que? Por altruísmo? Não! Por uma compreensão muito simples: se eu quero valorizar o meu serviço, tenho que conquistar o cliente e este cliente pode ser conquistado de duas maneiras: através de benefícios de curto prazo ou de longo prazo.

Se eles são só de curto prazo, possivelmente esse cliente não ficará comigo. Torna-se mais interessante que seja de longo prazo, ainda que atenda a certos objetivos de curto prazo. O mesmo relativamente ao meu lucro. Se o meu lucro é só de curto prazo, provavelmente vou perder esse cliente amanhã. Então, é preciso que seja também de longo prazo e tudo isso vai compondo a atuação ética da entidade econômica face a esta sociedade.

Tratemos, finalmente, de ética na concorrência. Há um código de ética profissional que praticamente todas as profissões desenvolveram. O que na realidade ele objetiva é uma ordenação de mercado. O mercado ordenado é um mercado que se torna perene. Ao

se tornar perene gera lucros perenemente. Isto atende a necessidade da atividade econômica de forma coincidente com os interesses da sociedade.

Então, a ética é fundamental para o processo de concorrência ordenada. E, afinal, nós temos a própria administração moderna. A revolução da administração fez com que o dono do negócio se afastasse e colocasse no seu lugar o administrador profissional.

A inter-relação entre o administrador profissional, o dono do negócio e o mercado é da maior relevância ética, porque, se não houver um equilíbrio aí, nós teremos uma desvalorização e até uma degenerescência do processo produtivo e do processo empresarial.

CLAUDIO FORTES - Nós vivemos negociando. Todos nós, todo o ser humano vive negociando o tempo todo. Não há um dia que nós passemos sem negociar. É a sua empregada quando vai à feira e compra alguma coisa. E ela quando te apresenta um valor do serviço que ela quer cobrar: "Eu sou... eu passo a sua roupa mas por tanto por dia", está negociando alguma coisa, e negociando sempre com alguém. Quando ela vai à feira ela negocia com o feirante, quando ela dá o seu preço ao patrão, à patroa, ela está negociando com essa mesma pessoa.

Então, a interligação de pessoas, ser humano e negócio, é uma coisa só, não há pessoa que não negocie. E aí a gente pode pensar na ética dos negócios, quer dizer, quais são as regras, que vão estabelecer esse inter-relacionamento. Nós temos uma preocupação muito grande, sempre, em ver como a nossa conduta está sendo

analisada.

E por aí que eu vejo a ética dos negócios de uma maneira geral, que eu traduziria como um respeito ao seu semelhante. Ao semelhante empresa, quer dizer, se eu negocio de empresa para empresa eu gostaria de ter um respeito, gostaria de ver esse respeito de empresa para empresa. Se negocio de homem a homem, gostaríamos de ver também esse respeito de homem a homem e assim como comunidade para comunidade, de time para time, se é um jogo não é? E esse respeito o que será? Como se define? É definido pelos atos que se praticam e que se buscam praticar, principalmente dentro daquilo que você gostaria que praticassem com você.

Se nós estamos num processo de negociação, há sempre uma cadeia. Não é negócio isolado. O negócio é uma transformação, uma atrás da outra, quer dizer, eu faço parte de um setor produtivo, produz alguma coisa. Obviamente, não produzo sozinho, nem para alguém só. E tudo uma cadeia, eu compro, transformo e vendo.

Assim como eu gostaria de ter um certo respeito do meu comprador para comigo, também mereço esse mesmo respeito com o meu fornecedor dentro dessa cadeia. Esse comprador certamente será o fornecedor de algum outro e assim vai a cadeia.

Infelizmente, o nosso estigma cultural dividiu a sociedade em dois caracteres: o esperto e o bobo. Quem não é esperto é bobo. E, aí é que a gente pensa na nossa conduta. Aonde está o meio termo disso aí? Será que não existe, será que realmente só existe o esperto e o bobo? Será que quando eu ofereço algum benefício na

hora da minha venda eu estou sendo bobo por isso? E o outro, está se julgando esperto? Como é que a gente consegue ficar isento e central nesses dois estigmas da sociedade?

Eu acho que se consegue ficar no centro disto aí na hora em que você demonstra, realmente, uma abertura sadia, uma transparência sadia todas suas atitudes. E isto aí, infelizmente, tem que ser com convicção porque a transparência que deveria ser vista, atitude normal e natural do ser humano pode ser vista, aí sim, como uma bobeira.

A multiplicação das atitudes de transparência vai ser traduzida como uma atitude eticamente correta. Eu acho que este é que deve ser o caminho de se buscar a ética inerente ao homem, porque ela é inerente ao homem, não é? Nós, nossa sociedade é que a deturpou. A valorização da Lei de Gerson é que foi muito difundida. Coitado do Gerson que não tinha nada a ver com a lei. Mas a lei existia, a lei está na cabeça de todos nós. Então, para que haja uma parada nessa idéia de que a Lei de Gerson é a lei vigente, temos que agir com a correção da transparência. Mas a correção também não deve ser valorizada com um sentido, vamos dizer assim, de mérito.

Por diversas vezes, quando nós vamos contratar um funcionário, dizemos: "Ah!, esse cara é muito bom, ele é honesto". Então é o caso de dizer: "Mas, espera aí, honestidade não é mérito". A desonestidade é que é um pecado. Isto é uma deturpação da nossa sociedade como um todo.

Agora, quero examinar um pouco a ética em relação aos fornecedores. Quer dizer, quando se compra alguma coisa e alguém obviamente está vendendo há que ter um respeito mútuo e existe também uma competição. Eu certamente quero comprar pelo menor preço e ele vai querer vender pelo maior preço.

Aonde está a conduta ética dessa negociação? Até onde vai o leilão? Durante muito tempo eu ficava invocado com a palavra leilão. O leilão é a situação em que você vai comprar de alguém e diz: "Qual é o seu preço?" Todos põem o preço na mesa e pego o preço do maior e digo: "o outro me deu um preço menor, você aceita fazer por menos, não é?" Aí ele aceita e vem um outro e diz: "este aqui já dá por menos".

Bom, há um limite nisso. E em um certo momento da minha vida questionava muito se não era ético. Mas que ética é essa? Quer dizer, nós estamos numa negociação, em que eu não estou mentindo, eu não estou escondendo. Estou dizendo que o outro está oferecendo isso, você ofereceu mais, não é? Você não quer fazer por menos e obviamente eu vou dar essa mesma oportunidade de negociação a todos os outros. Como você deu o seu preço, eu vou aos outros e vou perguntar se fazem por menos. Acho que a ética nessa situação é muito clara, quer dizer, você está fazendo um papel de comprador querendo comprar pelo menor preço; seria aético com a minha empresa, com a minha companhia se eu pegasse pura e simplesmente o primeiro preço e fechasse.

Trata-se de um pequeno exemplo de ética do fornecedor, de negociação com fornecedor. Certamente eu acho que o limite

está dentro da consciência individual de cada um, passa muito pela transparência e pela abertura daquilo que pode parecer ser um privilégio, que é esconder alguns dados de modo a ter benefícios em cima de outros.

FLAVIO BARRETO - Para iniciar, eu creio que esta questão de ética é extremamente importante naquilo que diz respeito ao nosso dia-a-dia, à ligação inclusive do passado e do futuro, tanto como cidadão, quanto como sociedade. Eu vou um pouco mais longe, no inter-relacionamento entre culturas diferentes. Foi mencionado aqui, inclusive, que o que é ético hoje no Brasil pode ser obviamente considerado aético em outros lugares.

Mas, ainda assim, a sua ética na bagagem de princípios e valores me parece extremamente importante até como ponto referencial quando você, por exemplo, negocia um contrato no exterior, não é?

Dentro disso, eu creio que nós passamos no Brasil um momento bastante delicado em relação à ética.

Quando nós tivemos uma nova constituição, sem dúvida, isso significou, ou significa, uma série de princípios e valores que, se não forem cotejados, sem dúvida eles estão influindo, vamos dizer assim, no momento atual do País porque nós podemos ter dois tipos de constituição. Aquela que tão somente registra os princípios e valores já consagrados e aquela que, vamos dizer assim, endereça, leva, lidera em relação a um projeto de uma sociedade.

Parece que nós tentamos esse segundo caso, e parece que ela foi

extremamente, eu diria, otimista em decretar, através de princípios e valores, a felicidade geral.

Isso eu creio que tem levado o país a uma série de questionamentos e a uma série de impasses nas relações entre os diversos setores da sociedade.

Isto me parece bastante presente. Nós hoje temos na verdade uma crise de valores ou princípios que, efetivamente, nós não sabemos ainda como eles devem reger a sociedade.

Dito isso, eu creio que, a partir do que significa o caráter individual, posso fazer uma reflexão sobre o que é a ética.

Eu gosto muito de uma definição muito simples, que diz que é o triunfo da determinação sobre a inclinação. Nós podíamos extrapolar, dizendo que a ética é a superação de determinação sobre a tentação. E eu creio que isto tem ao ver com a questão do imediatismo, muito presente na sociedade brasileira.

A questão ética influi na própria atividade empresarial. Uma série de questões estão no dia-a-dia da empresa, seja na relação com o governo estadual, municipal, relação com fornecedores, relação com a competição. Tudo isso sem dúvida é afetado pela falta, em muitos casos, de uma definição clara ou de uma aceitação clara desses princípios.

Nesse sentido, eu acho que vale um registro de uma experiência pessoal. Não há uma tentativa aqui no depoimento no sentido de mostra-me melhor ou pior. É no sentido tão-somente de registro.

O maior desafio que eu enfrentei e ainda enfrento, quando, vamos dizer assim, iniciamos uma nova empresa, um novo projeto foi exatamente a definição dos princípios e valores que vão reger esse empreendimento. Isso é uma questão extremamente complicada, a que nós temos dedicado muito tempo nas nossas organizações, no sentido de definir um padrão, sem dúvida, ético. E aqui reitero, não estou dizendo se ele é bom ou é ruim, se ele é melhor ou pior, mas sem dúvida nós entendemos que esse padrão de comportamento no sentido de princípios e valores da organização que regem a relação com fornecedores, a relação com o governo, é a relação com o meio ambiente, a relação sindical, a relação trabalhista. Todos esses são princípios éticos que fazem com que a empresa realmente se perpetue, que a atividade empresarial possa extrapolar a curto prazo e possa, sem dúvida, superar o longo prazo.

O meu registro final é meramente de novo na experiência, quer dizer: quantas empresas já não falharam, desapareceram, exatamente pela falta de definição de um princípio ético ou a inadequação desse princípio ético frente a uma sociedade que ela, enfim, habitava ou coabitava?

Assim sendo, creio que essa questão da ética empresarial precisa ser consolidada. Sem dúvida, os diversos setores da sociedade assim também teríamos aquilo que seria uma ética do País, uma ética da própria cultura brasileira. Eu acho que esse é o endereçamento inicial. Muito obrigado.

JORGE MARANHÃO - Eu entendo, em primeiro lugar, a questão ética, a controvérsia sobre a questão ética no Brasil, hoje, como extremamente oportuna. E ora fico otimista com o meu país, ora fico extremamente pessimista.

Se eu me dirijo aos agentes produtores de conhecimento fico pessimista, se me dirijo aos agentes receptores de informação, fico otimista.

Outra reflexão é sobre essa ética enquanto princípio do bem e aí é o bem comum, público ou bem de um empresário ou da iniciativa empresarial. Eu acho que é um outro ponto que perpassa as questões da ética no Brasil de hoje.

Eu não entendo ética como moral, no pouco que eu estudei na faculdade de filosofia, ou seja, a ética não é o princípio que rege o comportamento. Ela seria o princípio que explicaria a própria existência, a razão de existência de "ethos". Para regular o comportamento, bastaria a lei e a lei seria, em princípio, um bem na medida em que seria produto de um consenso.

Mas ética e negócios é ética de quem tem iniciativa ou ética do mercado. Só há possibilidade de discutir negócios num mercado, numa coletividade onde exista pelo menos vontade de controvérsia, de concorrência ou nenhuma restrição à iniciativa.

E o que é a ética do mercado que o neoliberalismo brasileiro produzido pelas elites brasileiras tanto reclama ou fala?

Eu venho estudando algumas questões da ordem do direito econômico. Tenho feito algumas reflexões sobre isto que

considero uma questão estratégica no Brasil hoje. Primeiro, porque tem que parar um pouco no Brasil de a tradicional cultura oficialista olhar sempre a iniciativa do Executivo. Nosso poder é o Executivo ou nosso poder é o Legislativo? Eu acho que seria saudável olhar para o Judiciário. Talvez na eventual ação do Judiciário houvesse uma possibilidade de alguma coisa de original nesse panorama esquizofrênico da cultura brasileira.

E eu depreendo que não há comunicação com o mercado quando há abuso econômico sobre o mercado. Eu tenho um quadrinho aqui que me surpreendeu, mas eu vou deixar para mostrar depois, porque eu sempre, como brasileiro, achei que a mídia reproduz valores no sistema de comunicação, que mais nos pensam do que nós a pensamos. Ou seja, eu diria que nós somos pensados hoje, até involuntariamente, pelos valores consagrados, pelo sistema de comunicação, que a gente chama de ideologia. É o que se fala aqui da Lei de Gerson.

E eu acho muito interessante o fato da Lei de Gerson ter sido produzida pela recepção da opinião e não pela produção da opinião. A minha contribuição como um empresário de comunicação é lembrar aos senhores que a Lei do Gerson é uma metáfora, um recurso de publicidade comercial para vender cigarro. Talvez a gente não recorde qual foi a marca de cigarro que gente comprou levado por essa propaganda. Mas a gente não esquece da ideologia que era veiculada, no esforço da venda desse cigarro, no esforço ético de procurar conquistar a adesão da opinião com

relação à marca de cigarro. Como eu acho que a publicidade não se faz apenas do produto, nem que o empresário queira, se um cliente meu disser: - "Faça uma campanha sobre esse relógio", eu vou morrer de rir quando ele falar sobre as propostas, os argumentos de venda do relógio, porque eu acho que eles são até a parte não criativa da eventual boa recepção do relógio.

Então, essa reflexão me surpreendeu muito, é muito. É recente no meu pensamento que eu poderia depois aprofundar.

Eu não diria qual a contribuição social da empresa. Ela é apenas a contribuição social do negócio, ela se explica em si.

Eu acho que a questão da reflexão ética seria mais fértil se fosse a reflexão do mercado e não da empresa. E na reflexão do mercado existe a hierarquia.

Os senhores devem saber que uma empresa é ética em outras culturas, se a ordem de satisfação vai do mercado depois aos fornecedores, o que seria uma contribuição social da empresa na cadeia econômica, depois seriam os empregados efetivamente e, por último, estariam os acionistas. Parece-me que no Brasil não é bem isto que tem ocorrido.

Entre nós, a hierarquia de satisfação, de endereçamento dos benefícios seria: primeiro os acionistas, depois os empregados, o que caracterizaria também um comportamento não tão ético. Por exemplo: a empresa pública, ela é pública? Não, já se disse que a Petrobrás é do corporativismo dos seus funcionários associados com os fornecedores.

E, finalmente, é que ela poderia ser do mercado. O último é o mercado.

Eu questiono se há possibilidade de ética nos negócios dentro dessa hierarquia de valores, que é pregada pelo pensamento liberal.

Só para dar uma contribuição do meu setor. Os valores com que o sistema de comunicação trabalha, e aí a questão seria se eles são adequados a esse mercado, ao mercado brasileiro, à realidade sócio-econômica brasileira, à possibilidade de absorção de bens e serviços da sociedade brasileira? Caso se caracterizam os valores, se a gente analisa a publicidade do Vila Rica, de materialismo, pouco espiritualismo e muito materialismo, muito consumismo, muito arrivismo social, promessas de arrivismo social, os mitos, os mitos trabalhados pelo discurso da comunicação empresarial e aí da publicidade comercial e também da propaganda política. Por incrível que pareça, os políticos copiam o marketing das empresas. E o mito do sucesso, o mito da riqueza e o mito das vantagens, e vantagens imediatas, não há promessas e vantagens mediatas.

Por outro lado, o espaço dedicado no sistema de comunicação à delinquência. E e eu falo do sistema de comunicação desde um livro até a televisão no horário nobre. Chega a ser de oitenta por cento, se a gente faz a análise de um telejornal. Eu tenho isso medido, posso dar depois. Há o espaço dedicado à sanção que é fundamental dentro da teoria da pena no direito. Não há

possibilidade de se veicular princípios éticos sem se dedicar espaço à sanção.

Eu digo que a publicidade não é vender sabonete. E vender idéias também, argumentar com idéias, o que caracterizaria o nível de liberabilidade da sociedade, do mercado, independente do que pensam os produtores. E a publicidade é princípio de administração pública. Está lá na Constituição. Acho importante frisar, que o princípio, de tornar público, não é o princípio apenas do privado, mas do próprio público.

Santino Ceraldi - Vou ser genérico, porque o tema permite isso, porque, na realidade, na minha visão, este questionamento é um sinal de reflexão por onde a sociedade está indo. Isto talvez seja tão interessante para todos nós, porque na complexidade das relações sociais e na sofisticação do mundo moderno, nisto tudo nós todos somos beneficiários conscientes e inconscientes e vítimas de toda esta relação social.

Nesse aspecto, a nossa preocupação é que nenhum cidadão hoje ele se encontre preservado. Nós não podemos dizer que há uma classe que se beneficia e a outra que é explorada.

Isto está diluído na sociedade tal o modernismo, os meios de comunicações, todas essas relações sociais se apresentam dessa forma.

E nisto que eu vejo o mérito deste fórum, com a preocupação de sinalizar a questão dos valores, que, hoje, não há qualquer

negócio, não há qualquer relação que seja meramente objetiva e que não esteja revestida de certos valores. Identificamos, o quê? Que não nos bastam mais só o direito objetivo, só as leis. Não há freios, a grande preocupação em sociedade são os limitadores que nós encontramos através das leis e através dos valores.

Mas eu acho que nós estamos muito acima dessa simplicidade. Por quê ? Porque somos todos vítimas, mesmo que inconscientemente beneficiários de um sistema hoje implantado.

A questão que está sendo aprofundada pela competência dos senhores dá um grau de esperança porque nós, como vítimas, ao mesmo tempo também beneficiários conscientes ou inconscientes, estamos vendo que o caminho que está sendo percorrido pode ir por raias irreversíveis. Não é admissível que uma sociedade com pensadores, não só inteligentes, mas sensíveis, resista ao movimento nesse sentido, porque é um movimento de preservação dos nossos valores e dos critérios objetivos de uma sociedade.

Estão sendo deteriorados critérios básicos e fatores básicos de uma relação pessoal, de uma relação profissional, de uma relação comercial.

De qualquer forma nós nos sentimos impotentes, individualmente, diante da corrosão avassaladora que é consequência da ausência de alguns instrumentos que estabilizem o mínimo do relacionamento e que possam impedir que alguém seja desonesto. Quando a gente fala em desonestidade, é porque evidenciamos que nos atinge diretamente. Em todos os setores não há hoje quem não seja atingido por essas consequências, e esse é o ponto principal do

questionamento.

Na medida em que eu vejo um artigo, alguns artigos, procuro buscar e vejo empresários, profissionais de todos os setores, preocupados com isso. Vejo florescer a possibilidade de um movimento no sentido de se fazer alguma coisa muito mais do que a simples discussão, até válida, no sentido de fundamentar a postura de uma reação que, às vezes, não precisa ser nem moda, porque a novela que pensa por nós poderia estabelecer que é muito bonito ser honesto e talvez pudesse até valer, para as pessoas menos informadas.

Então, não há, na realidade, o que se busca na simples reflexão no sentido de fundamentar uma reação. Uma reação que mostre que não podemos ser ingênuos e, ao mesmo tempo, estar desestimulados porque não acreditamos na possibilidade de uma melhora: é não acreditar na nossa capacidade, senão nós não estaríamos aqui.

A minha proposição é no sentido que isso se aprofunde cada vez mais porque vejo como um sinal extremamente importante no mundo de hoje, porque é uma forma de tentar nos defender e disseminar uma conscientização, a valorização, no sentido de preservar uma sociedade. Porque nós não podemos dissociar as relações objetivas que não sejam revestidas de valores.

Orlando Lima - Primeiro queria fazer alguns comentários sobre o que já foi falado até agora e depois talvez tecer outros comentários sobre as mesmas coisas, sob uma outra perspectiva.

Uma das coisas que eu queria comentar é em relação à questão que

foi tocada por vários apresentadores sobre a ética da empresa ou a ética do lucro. Acho que é um tema fundamental. A visão ética de uma empresa é ter uma função social que é atribuída a ela por todas as forças que estão em torno dela, quer dizer, mesmo no caso do empresário mais extremo que foi citado aqui pelo Dr. Donald, esse que praticamente não coloca nada no negócio a não ser a pura iniciativa de juntar esse conjunto de pontas para gerar algum lucro.

No fundo, quem garante a sobrevivência dele, depois disso, é o valor que o mercado como um todo coloca no que ele consegue produzir a sessenta e que consegue vender por cem. Quer dizer, se existe um valor social colocado naquela atividade, parece-me, que ela está eticamente justificada. Que quer dizer, ele tem um direito de existência porque ele serve de alguma maneira.

Por outro lado, na ótica dos fornecedores, todos nós, em qualquer atividade que estejamos, somos fornecedores. Eu acho que isso é uma consciência que cada vez mais os empresários estão tendo, de que não só existe uma cadeia enorme de fornecedores, como dentro das próprias empresas existe uma série de outras cadeias internas de fornecedores também, e se nós pudessemos olhar a empresa de uma maneira assim bastante abrangente, todas as situações em que alguém serve a alguém, que pode estar mais ou menos formalizada através de um contrato. Nós poderíamos pensar que existem contratos mais ou menos formais na relação com o cliente, na relação com fornecedores, nas relações com bancos, com entidades governamentais, com pessoas, funcionários, através

de contrato de trabalho. Há uma série de contratos em vigência em qualquer empresa e existe uma série de fornecimentos que não dependem de contratos, mas que existem de fato. Acho que em todas essas circunstâncias nessa cadeia de relacionamentos, estão sempre em jogo questões éticas. Há sempre expectativas colocadas, trocas mais formais ou menos formais e o cumprimento dessas trocas dentro das expectativas em que foram firmadas.

Parece-me parece que um dos itens que foram colocados no início como agenda da discussão é sobre a questão da honestidade ser compatível ou incompatível com os negócios.

Eu acho que fica cada vez mais claro que as chances de sobrevivência de qualquer organização com baixo nível de honestidade são muito pequenas. Por quê? Porque ela não consegue gerar con-fiança em nenhuma outra entidade que vai se relacionar com ela e a confiança é fundamental para um período mínimo de sobrevivência.

Parece-me que qualquer relação de confiança profundamente gerada entre duas organizações ou duas entidades diminui tremendamente o risco de qualquer estratégia empresarial e gera, vamos dizer assim, realmente maiores chances de sobrevivência dessa organização a longo prazo.

Uma outra questão que talvez esteja sendo colocada muito mais ultimamente, é a questão de que a ética empresarial é, no fundo, uma grande fonte de vantagem competitiva para as empresas. Por quê?

Parece-me que quando as empresas se propõem a serem honestas, se relacionar com outras empresas dessas maneira, conseguem criar essas relação de confiança. Além disso, podem chegar a extremos de grandes reduções de custos, inclusive na atividade empresarial, porque são necessárias menos salvaguardas no relacionamento comercial entre as empresas, menos controles, os processos decisórios são muito mais agilizados, existe, de fato, uma facilitação das próprias negociações, quer dizer, as pessoas já contam de antemão que outro lado que está negociando num certo padrão de honestidade e não precisa ir tão longe nos controles contratuais. Quer dizer, eu imagino que um contrato entre duas empresas que não confiam uma na outra pode ser uma "coisa" de centenas de páginas.

Entre duas empresas que têm uma relação de confiança profunda, talvez seja até um acordo de cavalheiros.

Acho que essa questão da ética empresarial passa a ser crucial para a sobrevivência e para uma atividade econômica bem mais eficiente.

Há algumas contrapartidas quando a gente está numa economia de curto prazo, em grande parte colocada com brilhantismo pelo Dr. Pedro Leitão da Cunha a respeito da inflação. Acho que estamos todos inseridos dentro de um contexto em que é extremamente difícil ser ético porque nós nos relacionamos o tempo todo com outras entidades que também têm muita dificuldade em serem éticas.

Essa questão da ética é uma questão de remar um pouco contra a

maré. Tem um componente de complexidade do próprio gerenciamento, quer dizer, eu acho que gerenciar uma atividade empresarial de uma maneira profundamente ética, em todos esses relacionamentos que são existentes, é bem diferente de gerenciar uma atividade empresarial com princípios mais tradicionais de lucro, redução de custos e decisões que não envolvem julgamentos éticos, os quais, às vezes, são extremamente complicados.

Há também outros fatores, variáveis interessantes, quer dizer, a abertura do mercado brasileiro para a competição internacional é um elemento interessante nessa questão. Fala-se que os empresários brasileiros vão ter que ser um pouco mais sérios na sua maneira de trabalhar, porque vão estar interagindo num mercado muito mais profissional em certos aspectos. Será que isso induz, de alguma maneira, a um comportamento mais ético do empresário, quer dizer, ele quando vende um vidrinho com um produto, realmente dentro daquele vidrinho tem que ter os mililitros que ele prometeu que ia ter?; E como difusor dessa cultura dos valores dentro da organização, ele, no fundo, é um elemento propagador desses valores.

Se o empresário não tiver esses valores e não trabalhar com esses valores na prática, os funcionários, que são mais inteligentes do que as pessoas pensam, vão disseminar o cinismo dentro da empresa. Ou, se o empresário possuir tais valores, os funcionários vão induzir uma atuação ética profunda em todos, e especialmente nos níveis gerenciais, coisa que transcende as

próprias fronteiras da empresa.

Hermano Cherques - Vou fazer aqui pequena aproximação sobre a tentativa de colocação do problema ético em uma perspectiva que ainda não foi tratada aqui. Não é uma perspectiva privilegiada é apenas mais uma, mas é a perspectiva de onde nasce, inclusive, a palavra ética, que é a perspectiva da filosofia.

A ética, o setor da filosofia que nós chamamos ética, é um saber em crise, um conjunto de saberes em crise. Por que em crise?

Bom, a ética tem a ver com a norma, como nós vimos aqui, tem a ver com as leis que correspondem às sanções punitivas, têm a ver com os costumes que correspondem às sanções difusas, ou mais, como um deles é o escândalo, e tem a ver com os valores que correspondem às sanções lógicas e societárias. A ética estaria mais nesse último segmento do que nós viemos discutindo até aqui.

Do ponto de vista estritamente lógico, nós teríamos três formas de entender esse fenômeno: uma forma moral, quer dizer, isto que aí está, os comportamentos morais, a forma do código. Muitas vezes são confundidos os códigos de condutas com a questão ética. Eles são coisas separadas e aqui eu acho que nós nos ativemos bastante aos códigos de conduta. Então esse seria o segundo nível. O terceiro nível que é o nível da ética propriamente dita, que é o estudo dos valores, o estudo dos códigos e que até por essa confusão com os códigos de valores, em determinadas situações já vem adotando outros nomes. Nos países

anglo-saxões tem-se chamado de meta ética e nos países de cultura francesa uma palavra horrorosa chamada eticologia, que seria o estudo disso.

Esse é o quadro de fundo do problema, dentro do problema da ética propriamente ou da eticologia ou da meta ética que é onde eu pretendo me ater, nós chegamos até esse momento com basicamente três formas de ver a questão moral. Uma forma empirista, dizendo que a questão moral está aí, basta colhermos e chegarmos a uma conclusão do que é aceitável e não aceitável. Uma forma racionalista, que diz que a moral está dentro da razão, nós podemos deduzir o que que é certo e o que é errado e a partir disso fazer um código. E uma forma intuicionista que diz que nós intuimos naturalmente, aquilo que é certo e aquilo que é errado.

Sobre isso há todo o tipo de discordância e aqui nós tivemos representantes das três formas de ver o assunto.

A crise atual do estudo da ética está em que todas essas correntes. Existem outras, mas essas são as principais. Afirmam o seguinte: existe um problema ético e ponto. A crise está aqui hoje. Nós não sabemos se existe ou não problema ético. O que parece é que não existe recortado de outros problemas. Ele não se dá sozinho. Supõe a aceitação de outros saberes, tanto do ponto de vista axiológico, do ponto de vista dos valores, como também do ponto de vista da filosofia pura. Enfim, da ideologia de todos. Ou seja, não existe uma ética pura e não existe uma dedução. Parece não existir uma dedução do que vem a ser a moral com relação a isso.

Essa é a situação em que a gente se encontra. Cada um vai optar por um tipo desse, uma visão dessa ou outro tipo de visão mais recente, mas a crise está instalada, ou seja, não existe consenso absolutamente sobre essa questão do ponto de vista teórico de ética.

Um outro problema que se superpõe a este é saber exatamente a que que nós estamos nos referindo, quando nos referimos à realidade.

Todo comportamento ético, todo o comportamento moral é um comportamento, é uma ação. Ele se dá no momento e se dá sempre pensando que se dará no futuro. Nós estamos discutindo aqui sobre fenômenos que acontecerão, que aconteceram e, principalmente, que nos interessam. E aí temos duas perspectivas: uma perspectiva que é a mais usual, que nós chamamos de um passado repetido, ou seja, o futuro será continuação desse passado, de todo o nosso passado, das nossas culturas, da cultura que nós estamos vivendo, e a segunda ótica, que é a ótica existencialista, enfim, de outros pontos de vista que chamam de futuro incondicionado, ou seja, o futuro não tem a ver ou tende a não ter a ver com esse passado que nós vivemos.

Nesse sentido, é que eu pretendia, muito rapidamente, fazer um comentário sobre cada uma das participações até agora, mas a título de pura provocação. Ou seja, vou tentar ser deliberadamente desagradável.

Eu vou começar pela ordem. Dr. Donald Stewart fez uma defesa

brilhante. Primeiro sobre a importância da teoria e em segundo lugar sobre a justificação do lucro, a justificação do capitalismo.

A questão é: o capitalismo se justifica racionalmente? A resposta será sim. A prova que foi muito bem defendida aqui. Mas, a questão que se põe, do ponto de vista ético, é: toda a crítica do capitalismo é feita da seguinte maneira - a razão, aquilo que nós chamamos de racionalidade é algo imposto por uma classe dominante.

Então, o fato do capitalismo definir ou se defender racionalmente não dá sustentação filosófica ao capitalismo. O segundo ponto é, dentro da defesa do lucro, temos um ponto de vista ético individual, ou seja, do ponto de vista que chamamos Kantiano, que nenhum homem deve ser um meio, mas deve ser um fim em si mesmo. Isso foi várias vezes definido aqui, e se contrapõe à instrumentalização do trabalho, quer dizer, o homem tomado como um instrumento de trabalho, que é uma das características do capitalismo. Então, nós temos dois problemas colocados aí.

Na participação do Dr. Pedro Leitão da Cunha também houve duas defesas sobre a questão da ética e da cultura. E sobre a questão das diferenças entre as leis e a ética, muito próximo daquilo que a gente vem conversando sobre a questão da ética mas, principalmente, sobre a questão dos códigos.

Ora, se nós aceitarmos que nosso futuro é um passado repetido, esses códigos são defensáveis e deverão ser defendidos. Se nós

aceitarmos que o futuro é incondicionado, nada justifica a defesa desses códigos. Então, nós estaríamos dentro da crise do capitalismo, que está em crise, dando oxigênio a defunto. Estamos defendendo o sistema que, naturalmente, irá desaparecer. Não no sentido de ser substituído por outro, mas no sentido de ser diferente. Mesmo porque aquele capitalismo que nós falamos hoje, não tem muito ou tem muito pouco a ver com aquele que falávamos no começo do século ou mesmo há dez anos ou quinze anos atrás.

Outro ponto de vista foi com relação à sustentação do processo produtivo, ainda dentro da participação do Dr. Pedro Leitão da Cunha que depois foi repetido várias vezes. Ou seja, há muitas justificações para ética, para os códigos éticos. A principal delas é lógica, isto é, os códigos éticos se mantêm quando, logicamente, são necessários para a manutenção daquela sociedade a qual pertencem, mudarão quando não forem mais necessários. Nós assistimos várias mudanças aqui no Ocidente. A última razoável talvez tenha sido a da ética sexual. Houve também uma modificação radical em poucos anos, e eu, particularmente, tive o privilégio de assistir uma mudança de códigos na Europa do leste. Eu estava estudando na Alemanha quando acabou. O outro lado de repente acabou, e realmente é uma coisa que é muito impressionante pela velocidade com que isto pode-se dar. Pode-se dar às vezes em questão de dias.

A participação do Dr. Cláudio Fortes foi muito interessante pela defesa do pensamento Kantiano, ou seja, agir com outrém, exatamente como quer que aja consigo mesmo. Esse é o pensamento puro Kantiano. É bom encontrar um Kantiano aqui.

Eu gostaria só de lembrar que a idéia de dever, de obrigação moral é uma idéia muito recente, e justamente data de kant.

A pergunta anterior na filosofia sempre foi: "Por que que eu devo obedecer a lei?", que é quase perguntar "Como é que eu posso burlar a lei?"

Chegamos então à participação do Dr. Jorge Maranhão sobre a relação individuo-público, um utilitarismo ético. E a menção muito a propósito da Lei de Gerson. E também aí, eu gostaria de lembrar que a Lei de Gerson não é nada novo, quer dizer, não é nossa sociedade que está pensando assim. Há um teórico, Anaximandro, que foi professor de Sócrates, que defendeu essa lei. Ele dizia que nós podemos sempre passar a perna nos outros, desde que seja escondido. Essa parte do "desde que seja escondido" é muito complexa, mas é racional e defensável. Defensável há dois mil e poucos anos.

Existe uma palavra em grego, por exemplo, chamada Episquencaraitaia. É horrível, mas ela quer dizer o seguinte: A volúpia com o mal de outrém. Nós não temos isso em português, no entanto temos esse sentimento, principalmente quando o competidor se lasca. Os empresários têm e já devem ter sentido. Nós todos temos, quando o competidor se dá mal, o prazer de ver o outro se dar mal.

Para concluir, desejo fazer um reforço sobre essa diferença do código ético, quer dizer, que é o que vem sendo definido e esse

código ético que está em crise, porque ele evidentemente vem sendo desrespeitado. Isto não quer significar, historicamente, o mal. É possível que novo código ético esteja se implantando, e essa é a última provocação que é a provocação para o Santino. E talvez uma defesa desse código com que nós nos acostumamos, que que é o código mais ou menos desenvolvido desde o tempo da Primeira Guerra até agora. Um código de negócios e de relações profissionais cuja a defesa talvez seja uma defesa descabida, talvez a sociedade já o tenho substituído há bastante tempo, como a lei que já não corresponde ao nosso costume.

Clóvis de Faro - Eu gostaria de levantar alguns tópicos que, de alguma maneira, se relacionam com as apresentações que foram anteriormente feitas. Alguns desses tópicos que eu vou colocar são como indagações. Realmente confesso que eu mesmo não tenho uma resposta com relação aos próprios questionamentos que serão feitos. Eles estão listados, não necessariamente, na ordem em que foram apresentados, porque eu fui, no decorrer do tempo, fazendo essa listagem.

O Dr. Pedro Leitão mencionou como a ambiência, chamando assim ambiência, de uma maneira mais geral, influência o comportamento, inclusive como as sociedades podem variar em termos de seu comportamento. Aquilo que é ético para uma sociedade pode não ser ético para outra sociedade. A esse respeito, eu gostaria de mencionar um fato que é relativamente novo aqui entre nós e que nós experimentamos principalmente a partir de 86 com o Plano Cruzado: uma sucessiva violação das leis dos contratos pela

prática dos chamados planos heterodoxos. Obviamente todas as empresas passaram de alguma maneira a se precaver com relação à possibilidade de, novamente, serem pegas no contrapé, usando essa linguagem que tem a ver com a Lei do Gerson, no contrapé do goleiro. Então eu me pergunto: - Elas estão usando alguns procedimentos que claramente são defensivos, no sentido de que buscam se defender de ataques e de violações que serão conduzidos pelo próprio governo, que de alguma maneira representa a sociedade.

Isso é ético? Esse tipo de comportamento de procurar se defender de uma coisa que, eventualmente, inclusive, pode não acontecer e se não acontecer, obviamente, estariam sendo violados alguns princípios que poderíamos achar que não deixariam de ser totalmente éticos.

Depois, tivemos alguma coisa com relação à propaganda, falada aqui pelo Jorge Maranhão, representando o setor.

Uma empresa que, via propaganda, cria uma imagem que, de alguma maneira, não corresponde exatamente à realidade, quem é que estaria aí nesse caso ferindo a ética? Seria a empresa que contratou a propaganda, a empresa de propaganda, ou seria, considerando no conjunto, obviamente o erro dos dois? O que me pareceria, talvez, ser o mais completo. Mas eu pergunto: A empresa de propaganda que estaria veiculando uma imagem que, às vezes, é incorreta, ela tem todo o conjunto de informações para poder saber se realmente a imagem que ela está veiculando é uma imagem correta ou incorreta?

Muitas vezes podemos estar culpando a empresa de propaganda, quando, na realidade, ela não tem a informação toda. Seria também uma questão que eu gostaria de mencionar.

Bom, depois é mencionado ainda pelo Dr. Pedro Leitão, no início da sua exposição, o problema da lei que, de alguma maneira, refletiria a ética, e a lei numa sociedade democrática, tendo sido gerada por um processo de consenso, ela deveria estar refletindo, portanto, a maioria e ela deveria, uma vez colocada, ser obedecida, porque estaria refletindo o conjunto da sociedade.

Bom, mas na nossa sociedade, não é bem assim, porque não só nós vivemos volta e meia períodos autoritários, onde as leis são impostas e portanto não estão representando obviamente um consenso, mas, mais ainda, existem várias leis que, de alguma maneira, violam o bom senso, ou violam o que nós poderíamos chamar de senso comum. Os exemplos mais freqüentes, são algumas leis de trânsito, em relação as quais nós acabamos dizendo que a lei não pegou. Uma delas, que não é bem uma lei de trânsito, embora seja relativa ao ônibus é não fumar em ônibus. E uma lei que, claramente, não pegou. Ninguém hoje em dia se considera, vamos dizer, obrigado a cumprir uma lei que caiu claramente em desuso.

Estão, vem essa outra pergunta: A lei realmente reflete a ética? Coisa que eu também gostaria de perguntar.

Ainda voltando à propaganda, e a propaganda é uma questão

interessante, porque a propaganda exacerba exatamente essa noção que é o do confronto, que é da concorrência entre empresas.

E uma pergunta que eu acho interessante é: quando na propaganda se faz o confronto entre empresas competidoras de um mesmo setor.

Eu me lembro disso quando vivi nos EE.UU. algum tempo. Era muito comum durante uma certa época ter uma competição direta entre marca de automóveis e entre refrigerantes. Aqui no Brasil, durante algum tempo nós tivemos essa briga particularmente entre a Coca Cola e a Pepsi-cola.

Quando se faz esse confronto entre concorrentes, até que ponto isto está sendo ético no sentido de que a gente, por uma questão de sabor - o caso da Coca-Cola e Pepsi-Cola - criticar defeitos. Se são defeitos realmente que existem, obviamente é perfeitamente válido, mas fazer um confronto meramente em questões subjetivas, será esse um comportamento ético?

Ainda em relação à concorrência. É um fato comum, se existe na empresa concorrente um funcionário que é extremamente competente, a uma tendência em ir lá e, usando até a linguagem de futebol mais uma vez, comprar o passe desse funcionário competente.

Até onde vai a ética no sentido de se promover esse ato? Vamos dizer assim, usando uma linguagem mais popular, de roubar o funcionário competente. Será ético esse comportamento? Mas por outro lado, se nós deixarmos de procurar esse funcionário competente, nós não estaremos de alguma maneira deixando de dar a ele a chance de ter um salário melhor porque ele deixou de ser

procurado, ficou na empresa que estaria pagando menos? Será ético ou não ?

Retornando à questão da lei, localizemos o problema do Imposto de Renda.

Nós podíamos considerar que eticamente é justo o Imposto de Renda. O Imposto de Renda seria aquele imposto que seria mais justo, porque seria exatamente sobre o lucro. No entanto, todas as empresas, que sejam medianamente organizadas, têm departamentos jurídicos e contadores especialistas cuja função precípua é tentar descobrir oportunidades para pagar menos Imposto de Renda. Do ponto de vista de buscar o lucro, todos nós consideramos tal fuga como correta mas, no entanto, estaríamos, embora dentro da lei, fugindo daquilo que talvez fosse o correto, que é pagar imposto de renda sobre o lucro.

Foi mencionado aqui e eu deixei colocar o problema de que a empresa, para que subsista a longo prazo, precisa ter uma imagem de honestidade.

Isso aí é um paradoxo. Uma das empresas, não empresa no sentido de legalmente constituída, mas uma das atividades mais tradicionais nesse País, é o jogo do bicho, que é baseado exatamente na falta de honestidade: a defesa de um ponto de bicho é feita a bala. Se eu quiser estabelecer um ponto de bicho amanhã, certamente eu não vou ser bem sucedido a não ser que eu monte meu exército particular. E, no entanto, ele é bem sucedido, por quê?. Porque no que tange à imagem junto ao mercado, isto é,

ao público consumidor, o jogo do bicho é um jogo honesto, porque o prêmio é pago.

Então, até que ponto também essa imagem da honestidade a longo prazo é, do ponto que foi caracterizado, realmente uma coisa assim tão relevante, embora, obviamente, por princípio, todos nos achássemos que devesse ser básico a questão da honestidade.

Há outro aspecto a ressaltar. Eu sou professor e passei a ser diretor financeiro aqui na Fundação Getúlio Vargas. Esta é uma entidade que, embora de direito privado, recebe dotação orçamentária. Nós precisamos fazer licitações públicas e eu passei a observar uma coisa extremamente interessante. Toda a vez que a gente faz licitação pública, seguindo todas as normas do decreto, acabamos fazendo com que a Fundação ocorra em prejuízo. Nós acabamos sendo obrigados a pagar mais caro. Eu pergunto: eticamente não seria correto que eu simplesmente passasse por cima disso e comprasse onde fosse mais barato? Mas, se eu fizer isso, vou acabar sendo punido porque o Tribunal de Contas vem em cima de mim.

Ainda sobre o problema de competição e o problema da lei: a reserva de mercado. Falou-se há pouco tempo sobre o problema de abertura da economia. Mas o que que foi a reserva de mercado? O que gerou a reserva de mercado? Basicamente, não foram os lobbys que geraram a reserva de mercado? E, ao gerarem a reserva de mercado, eles não conseguiram, de alguma maneira, majorar os seus lucros porque tiveram menor competição?

Éticamente, do ponto de vista estrito de perseguição do lucro, eles estariam certos mas, por outro lado, não criaram um ambiente que é uma ficção para poderem se locupletar com relação a esse ambiente? Essa é uma pergunta também que eu me coloco.

E, finalmente, com relação à criação de códigos de ética, o Dr. Flávio Barreto mencionou isso, mas nós temos alguns exemplos de códigos de éticas e eu gostaria de mencionar um deles, porque é um caso comum e freqüente. Tenho parentes que são médicos. Problema de código de ética. Então, o código de ética médica. Eu não vejo nunca um médico querer acusar o outro. Se criarmos amanhã um código de ética para as empresas, dificilmente, a não ser naquelas que realmente já faliram, vão querer entrar nesse processo porque vai aparecer como existe no caso de associações médicas e outras, o problema de um espírito, de um espírito que cerceia essa aplicação do código de ética.

Essas eram as questões que eu gostaria de colocar aqui.

Ubiratã Iório - Bem, eu quero iniciar dizendo da minha alegria de participar desse debate com pessoas esclarecidas e lembrar uma frase do filósofo Daniel Bell, segundo o qual o sistema moral cultural, que ele usa na sua obra quase como sinônimo de sistema ético, é a principal força dinâmica por trás da ascensão tanto de um sistema político democrático, de uma democracia política representativa, quanto de uma economia liberal de mercado. Segundo ele, opinião que eu endosso, o sistema moral cultural é a condição necessária tanto para o funcionamento de uma

democracia representativa, quanto de uma economia de mercado.

Negligenciar, portanto, o sistema ético significa envenenar o organismo social, econômico, político e jurídico.

Face à escassez de tempo, eu queria só acrescentar um tema adicional que consta daquela folhinha que nos foi enviada e que acho muito interessante e de uma relevância enorme. Na medida em que se discute a ética da empresa na sociedade, na economia brasileira, não se pode deixar de discutir a ética do papel do Estado, a dimensão do Estado na economia brasileira.

O professor Clóvis levantou alguns pontos a esse respeito. Gostaria, portanto, apenas de acrescentar alguma coisa.

Eu acredito que nós podemos dividir a sociedade em três sistemas: um sistema ético, um sistema político e um sistema econômico.

As taxas de crescimento ou de mudanças dos três sistemas são, via de regra, desbalanceadas e esse desbalanceamento é que costuma gerar, na interpretação de muitos filósofos sociais, as crises. E o que parece que vem ocorrendo, ao longo do nosso século, por motivos que o tempo não permite a gente abordar. O sistema político vem invadindo desmesuradamente tanto o sistema ético, quanto o sistema econômico.

No sistema ético, por exemplo, nós temos problemas tipicamente éticos resolvidos pelo sistema político. Por exemplo: o problema

da mulher, da homossexualidade, do casamento, da família, do aborto, do aluguel e venda de imóveis, da educação. São problemas tipicamente de ética e que têm sido resolvidos pelo sistema político.

No campo econômico, que é onde eu vou me ater um pouco, a gente nem precisa falar e nós poderemos começar, talvez, certamente, colocando algumas perguntas para que sejam debatidas depois. A primeira delas é a seguinte: É ético um governo produzir déficits ao longo do tempo, déficits contínuos ao longo do tempo ?

Se eu, professor, profissional liberal, começar a me meter a empresário agora e se eu emitir moeda, certamente eu vou ter problemas sérios com a polícia. Se um empresário qualquer emitir moeda também. No entanto o governo emite moeda.

Cabe uma outra pergunta. É ético o governo ter o monopólio da emissão de moeda? Por que não haver concorrência, como já houve em várias épocas da nossa história, várias instituições emitindo moeda. Aquelas que tivessem rigor na execução de suas políticas monetárias seriam bem sucedidas. Suas moedas seriam valorizadas. Aquelas que não tivessem seriam expelidas do mercado. Então, nós teremos, por exemplo: moeda Itaú, moeda Banerj. As mais eficientes, as que valessem mais, permaneceriam.

O que aconteceu nesse século é que, dada essa invasão do sistema político pelo sistema econômico, em especial, produzir déficits deixou de ser uma atitude imoral por parte dos governos. Antes

isso era tido como imoral. Não era ético ter déficits, como não é ético eu viver permanentemente endividado ou uma empresa viver permanentemente no vermelho. No entanto governos no mundo inteiro vivem sempre no vermelho e sob diversos pretextos justificam suas políticas de déficit.

É ético, portanto, o déficit público? E nessa linha, é ético tributar a renda do trabalho? Algumas pessoas acham que não, eu estou só fazendo a colocação. Algumas pessoas como Robert Nozick um filósofo americano, também considerou que a tributação da renda gerada pelo trabalho está na mesma situação que o trabalho forçado.

O governo tributa 25% da minha renda. Isso equivale a dizer que durante um quarto do tempo do meu tempo de trabalho, trabalho de uma maneira forçada, porque se eu não pagar certamente vou ter problemas com o governo. A justificativa que se costuma dar é que o governo vai utilizar esses recursos de uma maneira melhor do que a sociedade, do que a ordem espontânea do mercado, dos empresários, dos consumidores, dos poupadores e dos investidores utilizaria.

A pergunta que a gente coloca, então, para ser debatida, que eu não vou assumir nenhuma posição assim enfática, embora eu tenha, é a seguinte: O mercado tem falhas, o lucro é ético, não é? Na medida que, como colocou muito bem o Donald Stewart, ele remunera a inventividade do empresário, mas ele deixa de ser ético quando, por exemplo, um grupo de empresários se organiza junto com funcionários públicos e produz leis para impedirem a concor-

rência. Nesse sentido nós temos que atacar o lucro.

O que eu quero colocar aqui é a seguinte questão: Existem falhas de mercado, todos nós sabemos que o mercado tem falhas, mas não serão as falhas do governo maiores? Não estou falando só do ponto de vista econômico, do ponto de vista ético. Não serão as falhas de governo maiores, ou não gerarão elas problemas muito mais graves do que as falhas de mercado?

Pessoas passam, por exemplo, 30 ou 40 anos de sua vida recolhendo contribuições compulsórias para a Previdência. No entanto, ao se aposentarem, recebem, quando recebem, uma remuneração ridícula. Não seria melhor que ao invés de contribuírem compulsoriamente, não seria mais ético, porque do ponto de vista econômico eu acho que é, é óbvio, não seria mais ético que essas pessoas tivessem o direito de escolher?

Primeiro, se desejariam contribuir; segundo, para quem? Se para o Estado, ou outro fundo qualquer da iniciativa privada. Quer dizer, eu acho que são questões fundamentais e o meu objetivo aqui não é, apesar da minha posição ser claramente liberal e eu não me considerar representante da elite. Como falou o professor Flávio, brasileiro, sou simplesmente um professor, não é? A posição é mais pragmática olhando os países que seguiram essa linha e olhando os que não seguiram, o mundo de hoje é bastante claro.

Então, a sociedade brasileira vive um momento muito sério nos terrenos de que eu falei no moral, cultural, no político e no

terreno econômico. Por onde começar a reforma? É muito difícil. Talvez como foi bastante enfatizada o papel das regras de justa conduta, talvez se devesse começar definindo o que são regras de justa conduta.

Toda nossa tradição jurídica é uma tradição positivista. Não seria hora de se discutir o conceito de lei, o próprio conceito de lei no Brasil? Inclusive do ponto de vista ético, o que é uma lei? Ela gera autoridade por ser lei? Ou não? Ou simplesmente é a autoridade da lei ou é a lei da autoridade? Quer dizer, há uma diferença.

No Brasil, parece-me que nós não temos autoridade da lei, nós temos as leis das autoridades. É ético o governo congelar preços? Decretar tablitas? Intrrometer-se nos contratos das pessoas? Pagar aposentadorias com valor real muito inferior ao que seria razoável esperar-se? É lícito confiscar poupança? Pessoas que passaram 30, 40 anos poupando, da noite para o dia simplesmente ficaram reduzidos a cinquenta cruzeiros? Ou seja, finalizando o Estado tem o direito? Do ponto de vista econômico, acho que todos nós já sabemos que não, a nossa experiência infelizmente já mostrou isso, o inferno dos planos heterodoxos só podia dar no atual choro e ranger de dentes que todos nós infelizmente vivemos. Mas é correto esse tipo de atitude? Está certo o governo poder fazer isso? Ou temos que conter o poder do Estado para que ele nunca mais volte a fazer isso? Eu acho que, enquanto nós não discutirmos essas coisas, evidentemente respeitando diferenças de opinião que, certamente, há entre nós, enquanto nós não colocarmos o governo, o Estado nessa discussão sobre ética, nós

vamos ficar talvez dando voltas em círculos. E basicamente era isso que eu queria trazer para a discussão.

Clarice Pechman - Eu queria começar afirmando o seguinte: Como são extraordinárias as nossas diferenças, mas certamente como são mais extraordinárias ainda as nossas semelhanças, e eu acho que prova disso é nós estarmos aqui conversando sobre esse assunto.

Eu vou me limitar a fazer comentários em cima das colocações das pessoas que representaram aqui o papel de empresário, na ordem.

Donald Stewart colocou a questão de que a ação humana, o objetivo de toda ação humana seria o lucro. Eu, a propósito de uma especulação diria que talvez o lucro pudesse ser substituído pela troca, quer dizer, a troca e não o lucro é o objetivo de toda ação humana e troca no sentido que foi mencionado pelo Pedro, na exposição que fez. Da troca resultará o que a gente conhece como o bem-estar e, nesse sentido, eu acho que ela e não o lucro seria a base desse raciocínio.

Um segundo ponto que o Donald colocou foi a questão do lucro da assemblage, digamos assim, se ele é válido. E eu diria o seguinte: Se a descoberta da assemblage é a descoberta entendida no sentido da criatividade da assemblage, tem um valor na medida em que promove esse bem-estar, quer dizer, gera uma troca. Ela é trocada e essa troca gera um bem-estar. Ela é válida, quer dizer, ela tem validade nessa cadeia lógica de pensamento.

Os comentários que eu teria a respeito do que o Pedro Leitão colocou seriam, primeiro, com relação ao enforcement da lei. Ele mencionou a questão da lei divergente da ética e o comentário que eu teria a fazer, que é mais uma pergunta, se o "enforcement" da lei é que é ético, ou é tão somente a existência da lei que é ética?

Trazendo isto para o Brasil, Pedro, você não acha que a guerra tem a capacidade de alterar a ética de uma sociedade de uma forma muito mais contundente e abrupta do que uma televisão? E nesse sentido como explicar o imediatismo que se tornou real, muito mais no Brasil do que na Europa, por exemplo, esta sim tendo passado por guerra.

É claro que eu faço questão de frisar que a televisão está longe de ser tudo nas nossas terras, embora com uma força comparativa internacionalmente falando, absolutamente extraordinária e aí você, com toda propriedade, menciona a questão da inflação, que talvez seja esta sim a nossa guerra, e a pergunta que eu lhe faço, é se essa zona sombreada que a inflação gera justifica uma inoperância da lei no que se refere, por exemplo, ao direito econômico mencionado pelo Jorge Maranhão.

Claudio Fortes, eu teria duas colocações a fazer: a primeira é com relação à afirmação inicial, de que nós todos negociamos e a pergunta que eu faço, que aliás não é uma pergunta, está longe de ser uma pergunta somente minha, é se nós todos negociamos ou nós todos repassamos preços. Na verdade o que eu pergunto é se na

cadeia de agentes que você mencionou, ético é negociar, ético é repassar preços e repassar preços é negociar e, portanto, tudo é ético, ou existe esta separação?

O segundo comentário, é com relação à transparência do empresário e aí eu dou um depoimento pessoal. Na área de câmbio, particularmente, na qual eu atuo. Nós temos uma regra básica e esta regra se chama "conheça o seu cliente", que corresponde a dizer, ser transparente, quase uma obrigatoriedade de se ser transparente para o bem dos negócios e que de fato implica praticar ética, tanto quanto eu entendo, num mercado cujos agentes, por décadas, não foram contemplados, positivamente, pela própria lei.

Ao Flávio Barreto, eu teria uma pergunta a fazer de enorme interesse e um comentário. A pergunta é com relação à negociação de um contrato no exterior entre um brasileiro e um estrangeiro. Eu teria interesse de que você se estendesse, se for possível, sobre qual é a mescla ideal, se a gente pode dizer assim, de códigos de ética que tornam possível uma concretização de negócio nessas circunstâncias internacionais. A segunda é em cima da sua colocação de que, se eu entendi bem, a Constituição Nacional não é suficiente para garantir práticas éticas? E aí o comentário que eu faço é de que o planejamento ético, a que o Flávio se referiu, dá conta de que é preciso um regimento interno que acompanhe os estatutos para se fazer um paralelo a essa questão.

E, finalmente, eu faria uma observação comum à colocação do Jorge

Maranhão e do Santino com relação, de um lado, ao imediatismo e a essa posição de vítimas que o Santino até reforçou.

Eu recentemente li uma análise psicanalítica de Contardo Caligaris, que é europeu. É italiano de origem, mas praticou psicanálise durante muitos anos em Paris, e veio morar, depois de sucessivas viagens, no Brasil e aqui está clinicando. E ele faz uma abordagem interessante sobre essa questão do imediatismo, no sentido de nos refletir que esse imediatismo não é de hoje. É um imediatismo que, no fundo, advém de uma posição, de um desejo insatisfeito, não realizado.

CURRICULUM VITAE

LUCIANO ZAJDSZNAJDER

Professor das Disciplinas

- . Métodos do Pensamento
- . Pensamento Estratégico (EBAP/FGV)

Coordenador do Programa de Estudos Estratégicos (EBAP/FGV)

Autor dos livros:

- . Teoria e Prática de Negociação
- . A Travessia do Pós-Moderno

SERIE CADERNOS EBAP

01. FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO: ALTERNATIVAS EM
DEBATE - 1980
Bianor Scelza Cavalcanti
02. EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA A TEORIA DE ORGANIZAÇÃO -
1990
Anna Maria Campos
03. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: INFERÊNCIA
SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL -
1980
Paulo Roberto Motta
04. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS - 1980
Luciano Zajdsznajder
05. A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR SAÚDE: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A PESQUISA "GASTO PÚBLICO EM SAÚDE" - 1980
Equipe PROASA
06. EDUCAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RETROSPECTIVA E
PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA E REFLEXÕES
SOBRE O CASO BRASILEIRO - 1980
Héctor Atilio Possiese

07. PROJETO RIO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO
PARTICIPATIVO - 1981
Hector Atilio Possiese
08. A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NA TEORIA GERENCIAL: A
PARTICIPAÇÃO INDIRETA - 1981
Paulo Roberto Motta
09. PARTICIPAÇÃO NA GERÊNCIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA -
1981
Paulo Roberto Motta
10. O RITUAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO: SEUS CONTEXTOS
DRAMÁTICOS E REPRESENTAÇÕES - 1981
Maria Eliana Labra
11. ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO SISTEMA
PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DE SERVIÇOS
CONTRATADOS - 1981
Valéria de Souza
12. MINHA DÍVIDA A LORD KEYNES - 1982
Alberto Guerreiro Ramos
13. UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO POLO NOROESTE - 1982
Antônio de Pádua Fraga

14. REPARTINDO TAREFAS E RESPONSABILIDADES NAS ORGANIZAÇÕES:
ALGUNS DILEMAS ENFRENTADOS PELA GERÊNCIA - 1982
Anna Maria Campos
15. AS DISFUNÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL EM
DECORRÊNCIA DA EXCESSIVA ÊNFASE NA CANA-DE-AÇUCAR -
1982
Fátima Bayma de Oliveira
16. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A VISÃO DE UM
SANITARISTA - 1982
Franz Rulli Costa
17. O "JEITINHO" BRASILEIRO COMO UM RECURSO DE PODER - 1982
Clovis Abreu Vieira
Frederico Lustosa da Costa
Lázaro Oliveira Barbosa
18. FINSOCIAL: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA GOVERNAMENTAL - 1983
Paulo Emílio Matos Martins
19. AVALIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS EM PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA SOCIAL - 1983
Paulo Roberto Motta
20. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA MEDICINA
NO BRASIL - 1983
Paulo Ricardo da Silva Maia

21. A CO-GESTÃO NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER: UMA
ANALISE ADMINISTRATIVA - 1983
Paulo Roberto Motta
22. O SINDICALISMO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS - 1983
Lucival José Siqueira Costa
23. PLANEJAMENTO, PESQUISA E APRENDIZAGEM - 1983
Luciano Zajdsznajder
24. A INFORMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COMO FORMA DE OBTENÇÃO
DE GANHOS SUBSTANCIAIS DE PRODUTIVIDADE - 1983
José Osmir Fiorelli
25. ANALISE DA ESTRUTURA FORMAL DAS ORGANIZAÇÕES:
CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS - 1983
Armando Bergamini de Abreu
26. ALGUNS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA AUTOMAÇÃO NO
SETOR BANCÁRIO - 1983
Samuel Levy
27. O PROGRAMA DE ESTUDOS PROSPECTIVOS SOBRE O IMPACTO SOCIAL
DA TECNOLOGIA. UMA PROPOSTA INSTITUCIONAL - 1983
Samuel Levy
28. PESQUISA: RELEVÂNCIA SOCIAL, COOPERAÇÃO E ABERTURA À
APRENDIZAGEM - 1983

Anna Maria Campos

29. INVESTIGAÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL -
1984

Sonia Maria Fleury Teixeira

30. A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - 1984

Luis Carvalheira de Mendonça

31. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - RETROCESSO OU NOVOS RUMOS
PARA A MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO? - 1984

Gleisi Heisler Neves

32. FAMERJ VERSUS BNH: UM ESTUDO DE CASO SOBRE MOVIMENTOS
SOCIAIS URBANOS - 1985

Araci Machado

Silvia Porto

Sylvia Constant Vergara

33. A RELAÇÃO ESTADO E TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL -
1985

Carlos E. Rodriguez López

Carmem Lúcia L. Veloso de Castro

Maria Elide Bortoletto

34. NOTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM NOVO TEXTO
CONSTITUCIONAL PARA A EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL
- 1986

José Martins da Silva

35. ADMINISTRAÇÃO DA POLITICA INDUSTRIAL NO BRASIL
(RELATORIO FINAL) - 1987

Bianor Scelza Cavalcanti

Jorge Vianna Monteiro

José Cezar Castanhar

36. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA O
ESTADO LATINO-AMERICANO - 1987

Paulo Roberto Motta

37. RAZÃO E INTUIÇÃO: RECUPERANDO O ILOGICO NA TEORIA DA
DECISÃO GERENCIAL - JUNHO, 1988

Paulo Roberto Motta

38. PARTICIPAÇÃO DIRETA DO EMPREGADO NO PROCESSO DECISÓRIO
E NÍVEL DE PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES - JULHO, 1988

Ethel Valéria de Oliveira Raiser

39. IMPACTOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA CONCESSÃO
DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - OUTUBRO, 1988

Maria Eliana Labra

Lenaura de Vasconcellos C. Lobato

40. EM BUSCA DE UM MODELO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - NOVEMBRO, 1988

José Eduardo Coelho Messeder

41. AS ORGANIZAÇÕES E O FUTURO: OS ELEMENTOS UTOPICOS -
DEZEMBRO, 1988
Gabriel Antonio Atalia
42. IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE AUTOGESTÃO DA PERESTROIKA DE
GORBACHEV - ABRIL, 1989
Eneida Santos Correia Lima
43. DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA DE
ESTADO E SOCIEDADE - MAIO, 1989
Rezilda Rodrigues Oliveira
Ricardina Maria Menezes dos Santos
44. GERÊNCIA DE IDEIAS NOVAS - COMO DESPERTAR A
CRIATIVIDADE E VENCER A IMPOTÊNCIA DO DESEJO INOVACIONAL
- JUNHO, 1989
Paulo Roberto Motta
45. RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
MODELO GERENCIAL NA ÁREA DO BEM-ESTAR EM SÃO PAULO -
OUTUBRO, 1989
Maria Cecília Pimentel Bortoletto
46. A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A DÉCADA DE 90
- NOVEMBRO, 1989
Gilnei Mourão Teixeira
José Eduardo Coelho Messeder

47. ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO DO SETOR
SIDERÚRGICO - SETEMBRO, 1989
Istvan Karoly Kasznar
48. ANALISE DE POLITICA URBANA - O CASO DO MUNICIPIO DO
RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO, 1989
Carlos A. de Souza Ribeiro
Heliana Marinho da Silva
Mercy Escalante Ludeña
Silvano José da Silva
49. GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA: IMPLICAÇÕES PARA A
FORMULAÇÃO DE TEORIAS. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E
ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MARÇO, 1990
Bianor Scelza Cavalcanti
50. ADMINISTRANDO A SOBREVIVÊNCIA: INDICADORES DE DECLÍNIO
E ESTRATEGIAS DE REVITALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL EM
AMBIENTE ADVERSO - ABRIL, 1990
Hermano R. Thiry-Cherques
51. O BRASIL VERSUS A UNIVERSIDADE - MAIO, 1990
Paulo Emílio Matos Martins
52. TIPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - JUNHO, 1990
Sylvia Constant Vergara
53. MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO - JULHO, 1990

Bianor Scelza Cavalcanti

Frederico José Lustosa da Costa

54. 100 DIAS DO GOVERNO COLLOR: AVALIAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA - AGOSTO, 1990

José Cezar Castanhar

55. IMPACTO DAS NOVAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS NA IMAGEM DO GOVERNO - SETEMBRO, 1990

Rossi Augusta Alves Corrêa

Ana Maria B. Goffi Marquesini

56. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES POR QUE TEM PASSADO A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL BRASILEIRA, A PARTIR DA DECADE DE 30, EM CONSEQUÊNCIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E DAS POLITICAS PUBLICAS ADOTADAS PELO PAIS - OUTUBRO, 1990

Angela Maria Carneiro de Carvalho

57. A GUERRA SEM FIM: SOBRE A PRODUTIVIDADE ADMINISTRATIVA - SETEMBRO, 1991

Hermano Roberto Thiry-Cherques

58. METODOS DO PENSAMENTO OU CLAREZA DO PENSAMENTO - FEVEREIRO, 1992

Luciano Zajdsznajder

59. A POLITICA INDUSTRIAL E DE COMERCIO EXTERIOR DO GOVERNO

COLLOR - JULHO, 1992.

Célia Maria Franco dos Santos

Cláudio Roberto Marques Gurgel

Flávio Murilo Oliveira Gouvêa

Renato Cesar Möller

Sonia Lizabeth G. Fernández

60. A ORDENAÇÃO DO EFÊMERO

Preceitos Elementares em Projetos Culturais

Hermano Roberto Thiry-Cherques

61. SUMARIO FUNDAMENTAL DE CONTROLE CONTABIL, ECONÔMICO,
FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E JURIDICO DE PROJETOS PUBLICOS
MARÇO, 1993

Istvan Karoly Kasznar

62. SOBRE A INTUIÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO
MARÇO, 1993

Sylvia Constant Vergara

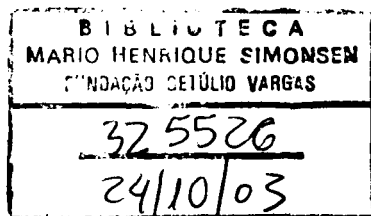
63. A DIMENSÃO INTERORGANIZACIONAL E O EFEITO REDE NA
CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL
MAIO, 1993

Paulo César Negreiros de Figueiredo

64. DEBATE SOBRE ETICA E POLITICA
JUNHO, 1993

Luciano Zajdsznajder

000325526



N.Cham. P/EBAP CE 65

Autor: Zajdsznajder, Luciano.

Título: Debate sobre etica e negocios.



325526

92675

FGV - BMHS